

EXAME DE DIREITO DO AMBIENTE (NOITE)

ANO LECTIVO 2025/2026
13 de Janeiro de 2026

GRELHA de correcção

I. Resolva o seguinte caso, fundamentando as suas respostas:

O município da Guarda decidiu alargar vários caminhos florestais para facilitar o combate aos incêndios que anualmente flagelam a região. Na zona residem espécies protegidas no âmbito da rede Natura 2000, além de espécies protegidas pelo Direito nacional.

O plano de obra – a desenvolver num vasto perímetro de serra -, previa o asfaltamento de alguns troços, para os tornar mais resistentes às intempéries. A divulgação do plano levou algumas ONGAs locais a apresentarem uma queixa à Comissão Europeia, por entenderem que o projecto exigia avaliação de impacto ambiental (AIA). Questionado, o Município respondeu que:

- por ser um ente público, estava dispensado de AIA;
- mesmo que não estivesse, a urgência da obra justificaria a preterição da formalidade;
- mesmo que não se verificasse a urgência, tais estradas estariam fora de avaliação ambiental uma vez que se destinavam a proteger o ambiente florestal – fundamento expressamente admitido no regime da rede Natura 2000.

A obra teve início e logo se verificou a morte por intoxicação de um bando de cotovias raras, que aí nidificavam. Um grupo de escuteiros decidiu então apresentar uma providência cautelar para sustar a continuação dos trabalhos, com fundamento em ausência de medidas de compensação do dano ecológico por inexistência de DIA que as contemplasse. O tribunal declarou-se incompetente para conhecer o pedido, remetendo a decisão para a APA.

- a) Considera pertinentes os argumentos avançados pelo Município perante a Comissão Europeia? (3 val) **Não, porque não há dispensa sem ser requerida nos termos do RAIA; e no Regime da rede Natura 2000 só com despacho ministerial e medidas de compensação aprovadas pela Comissão**
- b) A que título agem os escuteiros? (2 val) **Acção popular**
- b1) Junto de que jurisdição devem apresentar a providência? (2 val) **Administrativa**
- b2) De que providência se trata? (2 val) **Embargo de obra**
- b3) Considera adequada a fundamentação do pedido? (2 val) **Sim, ao abrigo do DL 147/2008**
- c) Pode o tribunal declarar-se incompetente? (3 val) **Sim, porque na verdade tal competência cabe à APA, de acordo com o DL 147/2008**

II. Responda **fundamentadamente a uma** das questões seguintes (6 val):

1. Como se concretiza o princípio do poluidor-pagador – ou do usuário-pagador?
O usuário pagador consome o poluidor pagador – quem mais desgasta, mais paga. Pode ser através de correcção na fonte, taxas, impostos
2. Como realiza a APA a ponderação da incerteza sobre factores de risco no âmbito do licenciamento ambiental?
Sobretudo através das MTDs

DURAÇÃO: 2 horas